



**SEDUC-MT**  
*Técnico Administrativo Educacional*

## LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto: informações literais e inferências possíveis; ponto de vista do autor; .....	1
Significação contextual de palavras e expressões.....	3
Relações entre ideias e recursos de coesão.....	4
Figuras de estilo.....	6
Conhecimentos linguísticos: ortografia: emprego das letras.....	11
divisão silábica, encontros vocálicos e consonantais, dígrafos .....	18
Acentuação gráfica.....	19
Classes de palavras: substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, preposições, conjunções, interjeições: conceituações, classificações, flexões, emprego, locuções. ....	21
Sintaxe: estrutura da oração, estrutura do período.....	32
Concordância (verbal e nominal).....	37
Regência (verbal e nominal).....	39
Crase .....	42
Colocação de pronomes.....	43
Pontuação.....	45
Exercícios.....	49
Gabarito.....	58

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Conceito de Internet e Intranet.....	1
Ferramentas e aplicativos de navegação, de correio eletrônico, de grupo de discussão, de busca e pesquisa.....	3
Procedimentos, aplicativos, dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (backup).....	14
Pacote Microsoft Office .....	24
Principais aplicativos para edição de textos, planilhas eletrônicas, geração de material escrito, audiovisual e outros .....	27
Exercícios.....	28
Gabarito.....	31

# SUMÁRIO



## NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios.....	1
Organização administrativa do Estado; Administração direta e indireta .....	6
Agentes públicos: espécies e classificação, poderes, deveres e prerrogativas cargo, emprego e função públicos .....	12
Poderes administrativos .....	74
Atos administrativos: conceitos, requisitos, atributos, classificação, espécies e invalidação.....	85
Controle e responsabilização da administração: controle administrativo, controle judicial, controle legislativo, responsabilidade civil do Estado .....	102
Exercícios.....	116
Gabarito.....	119

## RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

Resolução de problemas envolvendo frações, conjuntos, porcentagens, sequências (com números, com figuras, de palavras).....	1
Raciocínio lógico- matemático: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos.....	12
Exercícios.....	26
Gabarito.....	29

## RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Relações Humanas/interpessoal;.....	1
Comunicação Interpessoal.....	10
Característica de um bom atendimento.....	14
Postura Profissional.....	22
Integração.....	26
Empatia .....	28
Capacidade de ouvir.....	29
Argumentação Flexível.....	32
Exercícios.....	32
Gabarito.....	39

## LEGISLAÇÃO

Da Educação na CF/88 (Capítulo III - Art. 205 a 214).....	1
Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069 de 1990 .....	6



LDBEN - Lei nº 9.394 de 1996 .....	71
Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica .....	100
Plano Nacional de Educação .....	101
Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos .....	123
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva .....	135
Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação .....	143
Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica .....	148
Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio .....	148
Lei Complementar nº 112 de 2002 (Código de Ética) .....	171
Resolução nº 262 de 2002 - Organização da Escola em Ciclos .....	175
Lei nº 7.040 de 1998 Gestão Democrática - MT .....	179
Plano Estadual de Educação Lei nº 10.111 de 2014 .....	189
Lei nº 11.422 de 2021 .....	203
Resolução nº 257 de 2006 - CEE/MT .....	221
Resolução nº 002 de 2013 .....	225
Decreto Estadual nº 1.497 de 2022, que dispõe sobre a Programa Educação - 10 Anos, no âmbito do Estado de Mato Grosso .....	235
Lei Complementar nº 756 de 2023, que altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 50 de 1998, e à Lei Complementar nº 442 de 2011, e dá outras providências .....	239
Decreto Estadual nº 256 de 2023, que regulamenta a Lei Complementar nº 756 de 2023 para dispor sobre a Gratificação Anual por Eficiência e Resultado dos Profissionais da Educação Básica .....	241
Lei Complementar nº 04 de 1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais .....	247
Lei Complementar nº 50 de 1998, que dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso .....	286
Exercícios .....	231
Gabarito .....	318

## REDAÇÃO OFICIAL

Normas estabelecidas no Manual de Redação da Presidência da República .....	1
Exercícios .....	19
Gabarito .....	24

# SUMÁRIO



## NOÇÕES BÁSICAS DE ARQUIVO

Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.....	1
Gestão de Documentos .....	5
Arquivo Intermediário .....	8
Arquivo Permanente.....	9
Exercícios.....	11
Gabarito.....	14

## ESTATÍSTICA BÁSICA

Conceito de Estatística; População e amostra; Variáveis discretas e variáveis contínuas.....	1
Fenômenos aleatórios.....	3
Distribuição de frequência.....	8
Séries estatísticas e gráficos.....	13
Medidas de posição e Medidas de dispersão .....	16
Exercícios.....	22
Gabarito.....	25

# SUMÁRIO



### Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

### Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

### Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

### Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.



## **Internet**

A Internet é uma rede mundial de computadores interligados através de linhas de telefone, linhas de comunicação privadas, cabos submarinos, canais de satélite, etc<sup>1</sup>. Ela nasceu em 1969, nos Estados Unidos. Interligava originalmente laboratórios de pesquisa e se chamava ARPAnet (ARPA: Advanced Research Projects Agency). Com o passar do tempo, e com o sucesso que a rede foi tendo, o número de adesões foi crescendo continuamente. Como nesta época, o computador era extremamente difícil de lidar, somente algumas instituições possuíam internet.

No entanto, com a elaboração de softwares e interfaces cada vez mais fáceis de manipular, as pessoas foram se encorajando a participar da rede. O grande atrativo da internet era a possibilidade de se trocar e compartilhar ideias, estudos e informações com outras pessoas que, muitas vezes nem se conhecia pessoalmente.

## **Conectando-se à Internet**

Para se conectar à Internet, é necessário que se ligue a uma rede que está conectada à Internet. Essa rede é de um provedor de acesso à internet. Assim, para se conectar você liga o seu computador à rede do provedor de acesso à Internet; isto é feito por meio de um conjunto como modem, roteadores e redes de acesso (linha telefônica, cabo, fibra-ótica, wireless, etc.).

## **World Wide Web**

A web nasceu em 1991, no laboratório CERN, na Suíça. Seu criador, Tim Berners-Lee, concebeu-a unicamente como uma linguagem que serviria para interligar computadores do laboratório e outras instituições de pesquisa, e exibir documentos científicos de forma simples e fácil de acessar.

Hoje é o segmento que mais cresce. A chave do sucesso da World Wide Web é o hipertexto. Os textos e imagens são interligados por meio de palavras-chave, tornando a navegação simples e agradável.

## **Protocolo de comunicação**

Transmissão e fundamentalmente por um conjunto de protocolos encabeçados pelo TCP/IP. Para que os computadores de uma rede possam trocar informações entre si é necessário que todos os computadores adotem as mesmas regras para o envio e o recebimento de informações. Este conjunto de regras é conhecido como Protocolo de Comunicação. No protocolo de comunicação estão definidas todas as regras necessárias para que o computador de destino, “entenda” as informações no formato que foram enviadas pelo computador de origem.

Existem diversos protocolos, atualmente a grande maioria das redes utiliza o protocolo TCP/IP já que este é utilizado também na Internet.

O protocolo TCP/IP acabou se tornando um padrão, inclusive para redes locais, como a maioria das redes corporativas hoje tem acesso Internet, usar TCP/IP resolve a rede local e também o acesso externo.

## **TCP / IP**

Sigla de Transmission Control Protocol/Internet Protocol (Protocolo de Controle de Transmissão/Protocolo Internet).

Embora sejam dois protocolos, o TCP e o IP, o TCP/IP aparece nas literaturas como sendo:

- O protocolo principal da Internet;
- O protocolo padrão da Internet;
- O protocolo principal da família de protocolos que dá suporte ao funcionamento da Internet e seus serviços.

Considerando ainda o protocolo TCP/IP, pode-se dizer que:

---

1 <https://cin.ufpe.br/~macm3/Folders/Apostila%20Internet%20-%20Avan%20E7ado.pdf>



## — Estado

### Conceito, Elementos e Princípios

Adentrando ao contexto histórico, o conceito de Estado veio a surgir por intermédio do antigo conceito de cidade, da polis grega e da civitas romana. Em meados do século XVI o vocábulo Estado passou a ser utilizado com o significado moderno de força, poder e direito.

O Estado pode ser conceituado como um ente, sujeito de direitos, que possui como elementos: o povo, o território e a soberania. Nos dizeres de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (2010, p. 13), “Estado é pessoa jurídica territorial soberana, formada pelos elementos povo, território e governo soberano”.

O Estado como ente, é plenamente capacitado para adquirir direitos e obrigações. Ademais, possui personalidade jurídica própria, tanto no âmbito interno, perante os agentes públicos e os cidadãos, quanto no âmbito internacional, perante outros Estados.

Vejamos alguns conceitos acerca dos três elementos que compõem o Estado:

— **Povo:** Elemento legitima a existência do Estado. Isso ocorre por que é do povo que origina todo o poder representado pelo Estado, conforme dispõe expressamente art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal:

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

O povo se refere ao conjunto de indivíduos que se vincula juridicamente ao Estado, de forma estabilizada.

Entretanto, isso não ocorre com estrangeiros e apátridas, diferentemente da população, que tem sentido demográfico e quantitativo, agregando, por sua vez, todos os que se encontrem sob sua jurisdição territorial, sendo desnecessário haver quaisquer tipos de vínculo jurídico do indivíduo com o poder do Estado.

Com vários sentidos, o termo pode ser usado pela doutrina como sinônimo de nação e, ainda, no sentido de subordinação a uma mesma autoridade política.

No entanto, a titularidade dos direitos políticos é determinada pela nacionalidade, que nada mais é que o vínculo jurídico estabelecido pela Constituição entre os cidadãos e o Estado.

O Direito nos concede o conceito de povo como sendo o conjunto de pessoas que detém o poder, a soberania, conforme já foi explicitado por meio do art. 1º. Parágrafo único da CFB/88 dispondo que “Todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

— **Território:** pode ser conceituado como a área na qual o Estado exerce sua soberania. Trata-se da base física ou geográfica de um determinado Estado, seu elemento constitutivo, base delimitada de autoridade, instrumento de poder com vistas a dirigir o grupo social, com tal delimitação que se pode assegurar à eficácia do poder e a estabilidade da ordem.

O território é delimitado pelas fronteiras, que por sua vez, podem ser naturais ou convencionais. O território como elemento do Estado, possui duas funções, sendo uma negativa limitante de fronteiras com a competência da autoridade política, e outra positiva, que fornece ao Estado a base correta de recursos materiais para ação.

Por traçar os limites do poder soberanamente exercido, o território é elemento essencial à existência do Estado, sendo, desta forma, pleno objeto de direitos do Estado, o qual se encontra a serviço do povo e pode usar e dispor dele com poder absoluto e exclusivo, desde que estejam presentes as características essenciais das relações de domínio. O território é formado pelo solo, subsolo, espaço aéreo, águas territoriais e plataforma continental, prolongamento do solo coberto pelo mar.



## RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO

A expressão “Relações Humanas” significa, literalmente, o estabelecimento e/ou a manutenção de contatos entre seres humanos. Annibal Bonfim<sup>1</sup> afirma que essas relações ocorrem, diariamente na vida de todas as pessoas, e sendo assim, no sentido estritamente literal, a expressão “relações humanas” quer dizer todos aqueles contatos entre os seres humanos que se processam em todas as situações.

De acordo com Sampaio<sup>2</sup>, “Relações Humanas” é a interação entre duas, ou mais pessoas, essas relações apresentam um aspecto muito peculiar, que ultrapassa as características de seus componentes e se manifesta não só na relação de um grupo com o outro, mas também, e principalmente, nas relações que os membros de um grupo mantêm entre si.

A expressão **Relações Humanas** têm sido empregada com frequência, para referir-se a **Relações Interpessoais**, que podem ocorrer entre uma e outra pessoa, entre membros de um grupo e entre grupos numa organização.<sup>3</sup>

Segundo Lima<sup>4</sup> as relações humanas se estendem a todos os campos de atividades:

- No comércio;
- Na indústria;
- Na administração pública ou privada;
- Nos esportes;
- Nas escolas;
- Nos lares, e etc.

Quando falamos em **Relações Humanas no Trabalho** falamos de algo que vai muito além da hierarquia ou dos processos organizacionais, pois estamos falando das relações entre colegas de trabalho, entre gestores, e entre gestores e colaboradores.

Neste sentido são as relações humanas no trabalho que ditam o grau de motivação dos colaboradores, por exemplo: quando há um clima organizacional que favorece e estimula boas relações, as pessoas tendem a se manterem mais motivadas e envolvidas com os processos da organização.

Analisando do ponto de vista teórico, as relações humanas resultam da mútua interação interindividual e coletiva, interação que gera uma dinâmica entre as áreas da ciência social, em particular a da sociologia e da psicologia, chamada de dinâmica de grupos, que procura aplicar métodos científicos ao estudo dos fenômenos grupais.

Já do ponto de vista aplicado ou técnico, as relações humanas são medidas e direcionadas pela dinâmica de grupos, ou seja, pelo método de trabalho baseado na teoria do relacionamento interpessoal, sendo assim vale dizer que as Relações Humanas se referem às Relações Interpessoais, Intrapessoais e Intergrupais. Vejamos a seguir o conceito de cada uma dessas expressões:

**Relações Interpessoais:** relacionamento interpessoal ou relações interpessoais, significa uma relação entre duas ou mais pessoas, isto é, a ligação, conexão ou vínculo entre elas, que ocorre em um determinado contexto, podendo ser o ambiente de trabalho, familiar, social, religioso, amoroso, educacional e etc.

1 BONFIM, A. Relações Humanas, em Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, 1954.

2 SAMPAIO, G. P.; Relações Humanas a Toda Hora. São Paulo: Nobel, 2000.

3 MINICUCCI, A.; Relações Humanas: Psicologia das relações interpessoais, São Paulo. Atlas, 1992.

4 LIMA, L. de O. Treinamento em dinâmica de grupo: no lar, na empresa, na escola. 2. ed. Rio de Janeiro, Vozes, 1970.





## Educação, Cultura e Desporto

### – Educação

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

### – Organização dos Sistemas de Ensino

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

<u>ENTE FEDERADO</u>	<u>ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)</u>
<u>União</u>	Ensino <u>superior e técnico</u>
<u>Estados e DF</u>	Ensino <u>fundamental e médio</u>
<u>Municípios</u>	Educação <u>infantil e ensino fundamental</u>

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGgdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

## CAPÍTULO III

### DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

#### SEÇÃO I

#### DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.
- IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)



A terceira edição do Manual de Redação da Presidência da República foi lançado no final de 2018 e apresenta algumas mudanças quanto ao formato anterior. Para contextualizar, o manual foi criado em 1991 e surgiu de uma necessidade de padronizar os protocolos à moderna administração pública. Assim, ele é referência quando se trata de Redação Oficial em todas as esferas administrativas.

O **Decreto de nº 9.758 de 11 de abril de 2019** veio alterar regras importantes, quanto aos substantivos de tratamento. Expressões usadas antes (como: Vossa Excelência ou Excelentíssimo, Vossa Senhoria, Vossa Magnificência, doutor, ilustre ou ilustríssimo, digno ou digníssimo e respeitável) foram retiradas e substituídas apenas por: Senhor (a). Excepciona a nova regra quando o agente público entender que não foi atendido pelo decreto e exigir o tratamento diferenciado.

### A redação oficial é

A maneira pela qual o Poder Público redige comunicações oficiais e atos normativos e deve caracterizar-se pela: clareza e precisão, objetividade, concisão, coesão e coerência, impessoalidade, formalidade e padronização e uso da norma padrão da língua portuguesa.

<b>SINAIS E ABREVIATURAS EMPREGADOS</b>	
<b>.</b>	Indica forma (em geral sintática) inaceitável ou agramatical
<b>§</b>	Parágrafo
<b>adj. adv.</b>	Adjunto adverbial
<b>arc.</b>	Arcaico
<b>art.;</b> <b>arts.</b>	Artigo; artigos
<b>cf.</b>	Confronte
<b>CN</b>	Congresso Nacional
<b>Cp.</b>	Compare
<b>EM</b>	Exposição de Motivos
<b>f.v.</b>	Forma verbal
<b>fem.</b>	Feminino
<b>ind.</b>	Indicativo
<b>ICP -</b> <b>Brasil</b>	Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
<b>masc.</b>	Masculino
<b>obj. dir.</b>	Objeto direto
<b>obj. ind.</b>	Objeto indireto
<b>p.</b>	Página
<b>p. us.</b>	Pouco usado
<b>pess.</b>	Pessoa
<b>pl.</b>	Plural
<b>pref.</b>	Prefixo
<b>pres.</b>	Presente
<b>Res.</b>	Resolução do Congresso Nacional



O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º - É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

Art. 2º - Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Art. 3º - Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

Art. 4º - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujos sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Art. 5º - A Administração Pública franqueará a consulta aos documentos públicos na forma desta Lei.

Art. 6º - Fica resguardado o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente da violação do sigilo, sem prejuízo das ações penal, civil e administrativa.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS ARQUIVOS PÚBLICOS**

Art. 7º - Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias. Regulamento

§1º - São também públicos os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por instituições de caráter público, por entidades privadas encarregadas da gestão de serviços públicos no exercício de suas atividades.

§2º - A cessação de atividades de instituições públicas e de caráter público implica o recolhimento de sua documentação à instituição arquivística pública ou a sua transferência à instituição sucessora.

Art. 8º - Os documentos públicos são identificados como correntes, intermediários e permanentes.

§1º - Consideram-se documentos correntes aqueles em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas freqüentes.

§2º - Consideram-se documentos intermediários aqueles que, não sendo de uso corrente nos órgãos produtores, por razões de interesse administrativo, aguardam a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

§3º - Consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados.

Art. 9º - A eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada mediante autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência.

Art. 10º - Os documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis.



Todas as ciências têm suas raízes na história do homem.

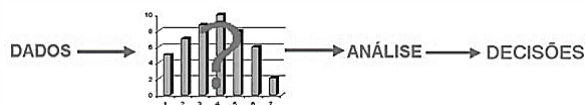
A estatística não se limita somente a compilar tabelas de dados e os ilustrar graficamente. Ela é, hoje em dia, um instrumento útil e, em alguns casos, indispensável para tomadas de decisão em diversos campos: científico, econômico, social, político...

Todavia, antes de chegarmos à parte de interpretação para tomadas de decisão, há que proceder a um indispensável trabalho de recolha e organização de dados, sendo elas feitas através de recenseamentos (ou censos ou levantamentos estatísticos) ou sondagens.

Em linhas gerais a Estatística fornece métodos que auxiliam o processo de tomada de decisão através da análise dos dados que possuímos.

Podemos ainda dizer que a Estatística é:

É a ciência que se ocupa de coletar, organizar, analisar e interpretar dados para que se tomem decisões.



### Divisão da estatística

- **Estatística Descritiva:** coleta, organização e descrição dos dados. Ela preocupa-se com a forma pela qual podemos apresentar um conjunto de dados em tabelas e gráficos, e também resumir as informações contidas nestes dados mediante a utilização de medidas estatísticas.

- **Estatística Indutiva ou Inferencial:** análise e interpretação desses dados. A inferência estatística baseia-se na teoria das probabilidades para estabelecer conclusões sobre todo um grupo (chamado população), quando se observou apenas uma parte (amostra) representativa desta população.

### Método Estatístico

Atualmente quase todo acréscimo de conhecimento resulta da observação e do estudo. A verdade é que desenvolvemos processos científicos para seu estudo e para adquirirmos tais conhecimentos, ou seja, desenvolvemos maneiras ou métodos para tais fins.

**Método** é um conjunto de meios dispostos convenientemente para se chegar a um fim que se deseja.

Podemos destacar dois métodos:

- **Método experimental:** consiste em manter constantes todas as causas (fatores), menos uma, e variar esta causa de modo que o pesquisador possa descobrir seus efeitos, caso existam. Muito utilizado no estudo da Física, da Química, etc.

- **Método estatístico:** diante da impossibilidade de manter as causas constantes, admite todas essas causas presentes variando-as, registrando essas variações e procurando determinar, no resultado final, que influências cabem a cada uma delas.

### Fases do método estatístico

- **Coleta de dados:** após cuidadoso planejamento e a devida determinação das características mensuráveis do fenômeno que se quer pesquisar, damos início à coleta de dados numéricos necessários à sua descrição.

### A coleta pode ser:

**Direta:** quando é feita sobre elementos informativos de registro obrigatório (nascimento, casamentos e óbitos, importação e exportação de mercadorias), dados coletados pelo próprio pesquisador através de inquéritos e questionários, como por exemplo o censo demográfico. A coleta direta de dados pode ser classificada em fator do tempo: